

## PIAGET E KANT: UMA COMPARAÇÃO DO CONCEITO DE AUTONOMIA.

Raquel Rosan CHRISTINO<sup>1</sup>

**RESUMO:** Uma questão fundamental, para a educação, quando estudamos a moral, é saber quais são as exigências que se colocam para permitir a descoberta de um homem plenamente moral. Porém, para investigar este campo, é preciso saber o que é a moral. Tal conceito é muito bem trabalhado na Filosofia. Assim, estudiosos da moralidade, como Piaget, procuraram e aceitaram definições filosóficas de moral, para só então verificar como esta se dá no cotidiano

Tendo consciência, portanto, que o filósofo Emmanuel Kant e o epistemólogo e psicólogo Jean Piaget são frequentemente associados quando se trata de discutir tal questão, o presente trabalho se propõe a mostrar as diferenças e semelhanças dos pressupostos teóricos subjacentes às teorias kantiana e piagetiana no que se refere ao conceito de autonomia- um dos requisitos do homem moral.

**PALAVRAS-CHAVE:** Kant; Piaget; Autonomia; Sujeito Moral.

### 1. Teoria moral e o conceito de autonomia em Kant

Em moral, as teorias moral de Piaget e Kant parecem possuir um mesmo ingrediente essencial do pensamento: a autonomia.

Em Kant, o conceito de autonomia está presente fundamentando toda a ética. Cassirer, um dos maiores comentadores de Kant, salienta o que é a autonomia para o autor:

*"a autonomia é aquela vinculação da razão teórica e da razão moral em que esta tem a consciência de vincular-se a si mesma". (Cassirer, 1968, p. 287)*

Assim, podemos dizer que, para Kant, a autonomia é a vontade própria. É governar-se por si mesmo. É a escolha racional e emocional. É a escolha que não leva em conta as conseqüências externas e imediatas dos atos e nem as regras, por pura prudência, inclinação, interesse ou conformidade.

Ou, ainda, para aclararmos mais o conceito de autonomia exposto, basta lembrarmos dos pareceres tradicionais dos comandos de Deus, com a renovação de que em Kant, a vontade legislativa está atribuída a cada agente racional e não mais a um Deus externo.

Segundo Kant, portanto, a obediência a uma dada regra, no ser autônomo, se dá pela compreensão e

concordância com sua validade universal (ditado pelas três fórmulas do imperativo categórico) e não simplesmente pelo medo à punição ou interesse nas vantagens a serem obtidas pessoalmente. Aliás, segundo Kant, quando obedecemos as prescrições ou regras ditas morais apenas por conformidade, interesse ou prudência, os imperativos que nos orientam são hipotéticos e a moral é heterônoma. Assim, pode-se resumir o dito, salientando que, em Kant, o princípio incondicional da moralidade é chamado autonomia da vontade e o princípio condicional é heteronomia.

É evidente que a validade universal, dita acima, significa que as vontades autônomas racionais não são, num certo sentido, relativas a indivíduos. Há, com efeito, algo sobre nossa natureza racional comum a todos os indivíduos, proporcionando, assim, razões não relativizadas segundo características de um agente individual. Kant assegura um imparcialismo extremo. A razão em questão está sempre no fato que um prazer será promovido e uma dor da civilização evitada, independentemente de qual será o ser racional que irá executá-la.

Sem dúvida, a teoria do homem autônomo, tão almejado por Kant, é bela, mas apresenta também algumas características negativas. Vejamos algumas apontadas por Hill (1989, p. 371)

*" (1) the first point is that immoral persons do not differ from the morally best persons in the standards of*

<sup>1</sup> Mestranda em Educação - Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP - 17515-901 - Marília - Estado de São Paulo - Brasil.

*rational choice to which they are committed."*

Como para Kant, a autonomia racional é pensada para ser uma característica inevitável de todo agente racional, toda vontade humana racional teria inerente em si a perspectiva da autonomia racional. Os homens apenas se distinguiriam segundo o que fazem, mas não segundo os padrões de escolha racional a que são cometidos.

*"(2)the next feature of rational autonomy to consider is its alleged independence from natural causes". (Hill, 1989, p. 372)*

O problema que se aponta neste item é aclarar que tipo de independência é esta descrita por Kant.

Segundo o autor, a autonomia, o agir segundo a razão prática não obedece a fórmula de "porque estava com dada inclinação ocorreu um dado comportamento". Assim, explicando a independência, a liberdade do homem moral, Kant diria que "um sujeito para a boa razão, mas contra ou sem inclinação sente-se disposto a agir". Portanto, quando um ser age contra (ou na ausência de) inclinação, a disposição sentida é vista como uma confirmação de recepção da razão; não a base para ela.

*"(3)practical reasoning with autonomy is, in some sense, independent of inclination; but in what sense?"(Hill, 1989, p. 372)*

Esta crítica, apontada por Hill, acredito ser a mais forte. Às vezes, expressões de Kant sobre a moral sugerem um quadro, uma idéia de um "ser" sem desejos, corpo ou localização, temporalidade; e este misterioso "ser" dá ordens abstratas a um corpo suficientemente também imparcial. No homem moral há um doador misterioso e um receptor de ordens.

Agora, conscientes de toda estrutura da teoria do homem moral em Kant e de algumas críticas recebidas, não podemos nos iludir: o homem moral almejado por Kant é muito difícil de ser encontrado. Afinal,

*" ser "moral" implica em pensar nos outros, em qualquer outro, na humanidade... ser "moral" implica em ter vontade: querer e raciocinar além do próprio "eu"..."*

*ser "moral" implica, às vezes, em perder vantagens imediatas para si em prol de outros que nunca conheceremos...*

*Às vezes, implica até em sermos revolucionários, em sermos contrários a leis que nos humilham, a leis que nos tornam submissos, sem dignidade..."*

*( Menin, 1996, p. 41-2)*

## 2. Piaget e o conceito kantiano de autonomia

Piaget, o psicólogo da moralidade, apesar de conhecer toda a dificuldade de se ter o homem autônomo, superou-a pela consciência da importância da construção do mesmo, sendo que sua teoria foi toda embasada no conceito kantiano de autonomia.

Em Piaget, vamos verificar a autonomia do sujeito em dois domínios, ambos embasados na razão. O primeiro deles é a construção da razão.

Para reforçar esta afirmação basta recordarmos que, para a epistemologia genética, o pensamento racional advém do esforço que o sujeito faz para pensar sobre seu próprio agir ou pensar. É claro que isto não exclui o sujeito do meio, pois sem a solicitação deste, aquele não refletiria. Porém, a dependência que o sujeito tem do meio não significa heteronomia.

*"(...) tal dependência não significa heteronomia, uma vez que o processo de construção de estruturas mentais é obra do sujeito, obra esta que ninguém pode fazer por ele e cujos resultados traduzem as potencialidades nele inscritas(...)."*

*E, embora Piaget tenha insistido na necessidade de cooperação, de troca de pontos de vista entre pares para a busca de conhecimentos, seu conceito de abstração reflexiva não deixa de lembrar o trabalho do sábio que se eleva acima de seus semelhantes pela auto-reflexão, reflexão esta, no entanto, somente possível a partir da ação sobre o mundo." (Taille et al., 1991, p. 63)*

O segundo domínio, refere-se à função da razão. Para Piaget, a autonomia ocorre quando o indivíduo é capaz, pela razão, construída segundo as estruturas

próprias do sujeito, de se opor às autoridades.

*"O "herói" piagetiano é, portanto, aquele que pode dizer "não" quando o resto da sociedade, possível refém das tradições, diz "sim", contanto que este "não" seja fruto desta démarche intelectual ativa e não apenas decorrência de um ingênuo espírito de contradição". (Taille et al., 1991, p. 63)*

Porém, obter a autonomia exige um pressuposto imprescindível: segundo Piaget, o indivíduo deve poder usufruir de relações sociais de cooperação, nas quais se tem presente o livre intercâmbio de pontos de vista; a democracia.

Assim, se pudéssemos detalhar melhor os fatores que levam um indivíduo a superar a heteronomia e chegar a autonomia, poderíamos pontuar, dizendo:

- ◆ Superar o egocentrismo e chegar à descentração.

Uma criança egocêntrica é centrada em si mesma, não conseguindo perceber a existência de pontos de vista diferentes do seu. É incapaz de se colocar no lugar do outro. Vê o mundo de uma única perspectiva: a sua!

- ◆ Superar a coação e chegar à cooperação.

Segundo Piaget, nas relações onde predomina uma desigualdade de poderes entre os indivíduos, passa a existir a coação. Na coação, "o grande", representado, muitas vezes, pelo adulto, como os pais e os professores, impõe ao pequeno, à criança, o que esta deve fazer. Este obedece, se moldando ao grande, imitando-o.

### 3. Algumas implicações desses conceitos nos estágios de construção das regras nos jogos infantis

Mas, como nosso estudo pretende debruçar-se, mais especificamente, na manifestação da autonomia em situações de jogos, iremos agora fazer um paralelo entre as noções de autonomia e heteronomia e os estágios da prática e consciência das regras, encontrados por Piaget.

A heteronomia inicia-se quando as tendências afetivas passam a ser sujeitas a regras exteriores à criança. Tais regras são vistas como sagradas, coercitivas e imutáveis, existindo por si mesmas, independente das pessoas. A criança heterônoma possui um respeito unilateral:

respeita o adulto muito mais do que este àquela.

A autonomia inicia-se quando as crianças intercambiam seus pontos de vista, iniciando assim, a construção de seus próprios valores ou, até mesmo, a compreensão dos já existentes. Dizemos crianças, pois uma relação entre iguais é muito mais propícia para a construção da autonomia do que relações entre desiguais. Isto porque, na maioria das vezes, na relação adulto-criança há proteção e mando, de uma parte e submissão e imitação, da outra, ou seja, uma relação de heteronomia.

As crianças autônomas, após construírem as regras, fazem um uso racional e social das mesmas, sendo que estas são estabelecidas pelo consenso de todo o grupo, o que implica, também, em reciprocidade na aplicação da mesma e na existência de respeito mútuo, ou seja, há uma relação de igualdade de poder de ação de um ao outro.

### 4. Comparações e considerações finais

Para concluir, podemos fazer um paralelo entre Kant e Piaget, afirmando que, para ambos os autores, a moral não está em que regras seguem os indivíduos ao agir ou julgar os atos de outros, mas no princípio que determina a obediência das mesmas.

Porém, apesar do princípio da moral ser o mesmo, para ambos os autores, para Kant a autonomia moral reside na vontade do homem de escolher, submeter-se a leis "universais", ao passo que, para Piaget, esta aparece sendo construída em crianças, passo a passo, intercambiando pontos de vista, onde iniciam a construção de seus próprios valores e regras, a que se submeterão no grupo.

Sobre o assunto salienta Freitag (1991, p. 54):

*"como Kant, Piaget defende o caráter racional da autonomia, da vontade moral. Mas, ao contrário de Kant, essa autonomia não é um dado e sim o produto de uma gênese, uma "conquista" da consciência moral infantil. O respeito à norma não é absolutizado, como no caso de Kant, mas analisado em seus vários momentos, passando da coerção externa para a compreensão interna da necessidade da regra, por respeito*

*aos outros sujeitos. A idéia de "justiça" não deriva do a priori do imperativo categórico, mas resulta da cooperação praticada no grupo"*

A "universalização" da moral kantiana explicitada no imperativo "age como se a máxima de sua ação se devesse tornar pela tua vontade uma lei universal da natureza", começa, portanto, em Piaget com a reciprocidade no grupo, pela solidariedade aos outros, ou, como o autor enfatiza, "pela regra de ouro".

Sobre este ponto, salienta Menin (1996, P. 46-7):

*"aprendendo a fazer em grupos, cada vez maiores, aquilo que é bom para nós, começamos a aprender a fazer, no mundo, o que é bom para a humanidade."*

Podemos ver que Kant se coloca, segundo um ponto de vista filosófico e transcendental, falando o que vem a ser universalmente "direito", enquanto que, Piaget se coloca, refletindo moral a partir do comportamento observado de crianças e, portanto, no universo empírico e do ponto de vista psicológico. Neste último universo, autonomia será sempre entendida relativamente e não como constituinte da própria liberdade.

Assim, podemos dizer que Piaget procurou e aceitou a definição de moral Kantiana, mas introduziu a esta algumas inovações.

Salienta Freitag (1991, p. 55):

*"Piaget introduz três inovações estratégicas em relação a Kant no contexto da razão prática: (a) redefine geneticamente o conceito de autonomia; (b) reformula dialogicamente o imperativo categórico; e (c) estabelece dialeticamente a relação teórica e a razão prática."*

Freitag pontuou muito acertadamente as diferenças entre a moral Kantiana e Piagetiana.

No item da redefinição genética do conceito de autonomia, vemos claramente a diferença, pois, para Piaget, a autonomia não é um pressuposto da razão prática, mas sim algo construído através da cooperação, do conflito, do intercâmbio intelectual e do desenvolvimento do pensamento formal.

Já, quanto ao item dois, podemos dizer que Piaget transforma a exigência da universalização, que, para Kant, pode ser realizada *in foro intimo*, em monólogo, em um diálogo. Ou seja, a realização do princípio da universalização de uma norma de conduta, princípio este encontrado em ambas as teorias, passa a não ser mais um simples exercício solitário, mas sim um trabalho só possível em conjunto, com um grupo onde é possível ocorrer a troca de experiências.

Já, quanto ao item três, podemos salientar que Kant realizou um trabalho que buscava saber até onde é possível conhecer e quais são os graus de certeza do conhecimento humano, chegando à conclusão de que a razão teórica não tem instrumentos para conhecer a liberdade e, como consequência, a razão prática, pois esta pressupõe aquela. Kant diz isto, pois, segundo ele, nunca teremos contato direto com a coisa-em-sí, nunca conhecemos o que transcende ao universo da experiência, mas somente os fenômenos.

Assim, podemos concluir que, em Kant, apesar de não existirem duas formas distintas de sujeito, um sujeito moral e um sujeito do saber, a razão prática e a razão teórica se completam por mera justaposição.

Diferente é a posição de Piaget, que defende a tese de que o pensamento lógico pode pensar a liberdade. Segundo o autor, o pensamento formal é capaz de desprender-se dos modelos empíricos, do mundo real e deduzir hipoteticamente os mundos possíveis. Assim, em Piaget, a relação razão prática e teórica é uma relação dialética, necessariamente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

CASSIRER, E. *Kant, vida y doctrina*. Traducción de W. Roges. México: Fondo de Cultura Económica, 1968.

FREITAG, B. *Piaget e a filosofia*. São Paulo: Unesp, 1991.

HILL, T. E. Kant's theory of practical reason. *Monist*, V. 72, p. 363-83, jul. 1989.

HILL JR, T. E. The hypothetical imperative. *Phil Ver*, V. 82, p. 429-50, oct./dec. 1973.

MENIN, Maria Suzana de Stefano. Autonomia e heteronomia às regras escolares- observações e entrevistas na escola. São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado) - USP.

LACEDO, L. (org.) Cinco estudos de educação moral. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

TAILLE Y., DANTAS H., OLIVEIRA, M. Mesa redonda: três perguntas a vygotkianos, wallonianos e piagetianos. Cadernos de pesquisa. n. 76, p. 57-64, fev. 1991.